

Saúde

ORÇAMENTO

Senado aprova proposta de emenda constitucional que deve aumentar o caixa do setor em mais R\$ 7 bilhões até 2004

Mais verba para saúde

Da Redação
Com Agências

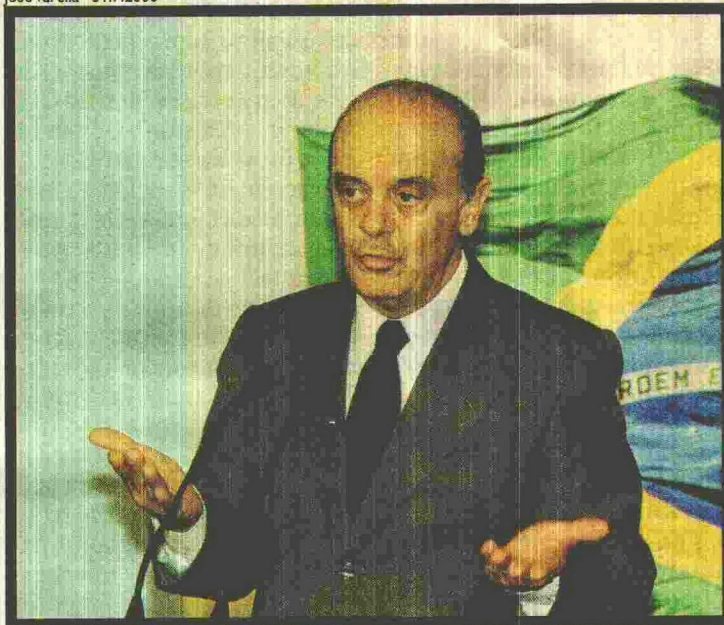
O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula recursos da União, estados e municípios para financiar ações de saúde. Foi uma vitória do ministro da Saúde José Serra e uma derrota para o ministro da Fazenda Pedro Malan e para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Apenas dois dos 69 senadores presentes votaram contra a PEC: Paulo Souto (PFL-BA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que depois lamentou ter se enganado.

A proposta deverá elevar o total de recursos investidos em saúde — pelos três níveis de governo — de R\$ 33 bilhões em 1999 para cerca de R\$ 40 bilhões em cinco anos. Num primeiro ano, a estimativa de parlamentares é de elevação de R\$ 2 bilhões. A emenda agora vai à promulgação para entrar em vigor. “A saúde não vai nadar em dinheiro, mas vai, pelo menos, ficar livre de cortes orçamentários”, assegura Serra. “Vamos ter uma garantia mínima de recursos.”

Contrário à vinculação orçamentária que beneficiará o ministério de Serra, ACM impediu que a PEC fosse votada pelo Senado em 1999. A proposta foi aprovada pela Câmara e encaminhada ao Senado em novembro do ano passado. Mas o presidente do Senado só liberou a tramitação da PEC no último mês de abril.

Malan também é contra a

José Varela 31.7.2000



SERRA: SAÚDE LIVRE DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

DE ONDE VEM O DINHEIRO

Se a PEC passar a vigorar em 2000, o governo federal terá de investir:

■ no primeiro ano, 5% a mais do que gastou em 1999 (serão R\$ 21,31 bilhões)

■ até 2004, a mesma variação do Produto Interno Bruto Estados e municípios

também aplicarão mais recursos

■ no primeiro ano da PEC, reservarão, no mínimo, 7% de seus orçamentos para a área de saúde

■ os recursos aumentam a cada ano até que, em 2004, estados tenham de investir 12% e municípios, 15%

vinculação de recursos. O ministro da Fazenda chegou a trabalhar contra a aprovação da emenda constitucional, argumentando, há cerca de um mês,

que a União não iria assumir nenhuma responsabilidade, caso os estados e municípios tivessem dificuldades para cumprir as exigências.

A emenda estabelece que, em 2000, estados e municípios apliquem, no mínimo, 7% de suas receitas próprias em saúde. Esse patamar tem de ser elevado progressivamente até 2004, quando os estados repassarão, no mínimo, 12% e os municípios, 15% do orçamento. A União terá de investir no primeiro ano de vigência da PEC 5% a mais do que foi aplicado em 1999, quando o orçamento executado chegou a R\$ 20,3 bilhões. Até 2004, o orçamento terá de subir conforme a variação do Produto Interno Bruto (PIB).

A primeira proposta de emenda constitucional vinculando recursos orçamentários à saúde foi apresentada pelo deputado Eduardo Jorge (PT-SP) em 93. Dois anos depois, proposta semelhante, do deputado Carlos Mosconi (PSDB-MG), foi anexada.

O secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, comemorou a aprovação da proposta, sem deixar de ressaltar que já gasta mais do que prevê a nova emenda constitucional. No ano passado, o DF investiu 19,8% de seu orçamento, ou R\$ 178,2 milhões, em saúde. Em 2000, o percentual deve ser mantido. Para Frejat, a decisão do Senado será um “benefício indireto”. “Como os municípios terão de abrir o bolso para investir em saúde, esperamos que menos pacientes venham de outras cidades e estados para os hospitais de Brasília”, afirma. Atualmente, 40% das pessoas atendidas na rede pública do DF são de outras localidades.